

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.004 - PR  
(2019/0191537-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : GABRIEL MARCONDES KARAN**  
**ADVOGADO : RAPHAEL MARCONDES KARAN - PR030375**  
**EMBARGADO : TOKIO MARINE SEGURADORA S.A**  
**ADVOGADOS : CIRO BRUNING - PR020336**  
**LUCAS FERNANDO PINTO DA SILVA - PR082667**  
**EMBARGADO : JOAO MARIA CAVALIM DA SILVA**  
**EMBARGADO : TEREZINHA DROBNIIEWSKI**  
**ADVOGADOS : ADRIANO MORO BITTENCOURT - PR025600**  
**SU-ELLEN DE OLIVEIRA VIANNA - PR066371**

## DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **GABRIEL MARCONDES KARAN**, contra a decisão de fls. 1443/1449, e-STJ, de relatoria deste signatário, que negou provimento ao agravo interposto pelo insurgente para considerar que não houve negativa de prestação jurisdicional, que não ocorreu julgamento *extra petita*, bem como negou a majoração dos honorários advocatícios impostos à parte adversa.

Aponta o insurgente, a ocorrência de erro material porquanto o acórdão considerou que a sentença foi publicada na vigência do Código de Processo Civil de 1973, porém, a data correta de sua publicação é 18/03/2016, conforme consta no acórdão da Corte estadual. Deste modo, o recorrente afaria jus à majoração dos honorários.

Sem impugnação.

É o relatório.

Os embargos de declaração não merecem acolhimento.

1. Nos estreitos lindes do artigo 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constatada, na decisão recorrida, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado, bem como na hipótese de erro material.

Sem razão o embargante quando afirma que a sentença foi publicada sob a égide do Código de Processo Civil de 2015.

Compulsando os autos, verifica-se que sua publicação ocorreu em 18/02/2016, conforme certidão de fl. 1038, e-STJ, tanto que os embargos de declaração, posteriormente rejeitados, foram opostos pelo recorrente em fevereiro daquele ano.

Logo, não há falar em erro material na decisão embargada.

2. Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator